

“Um embaixador gordo e autoritário, megalômano e inteligente”: Uma análise da representação do Barão do Rio Branco em *Os Bruzundangas* de Lima Barreto

Fabio Wroblewski Filho¹, UFPR

Resumo

O objetivo deste estudo é analisar a representação satírica feita por Lima Barreto em seu livro *Os Bruzundangas* do Barão do Rio Branco como o personagem Visconde de Pancome. Será discutida de que forma o personagem reflete a atuação do Barão enquanto ministro e intelectual. Também será abordada a formação do corpo diplomático bruzundanga e a política externa desta república fictícia. É feita uma análise em torno da imaginação de um homem do começo do período republicano, utilizando para tanto o conceito de representação ficcional da realidade. Dessa forma, o presente estudo identifica na fonte literária uma perspectiva mais crítica ao Barão, que é geralmente tido como um herói nacional, evidenciando o ponto de vista de Lima Barreto, um observador dissidente de seu contexto.

Palavras-chave: Barão do Rio Branco; Lima Barreto; *Os Bruzundangas*.

Abstract

The objective of this study is to analyze the satirical representation made by Lima Barreto in his book *Os Bruzundangas* of the Baron of Rio Branco as the character Viscount of Pancome. Some aspects of how the character reflects the actions of the Baron as a minister and intellectual will be debated. The formation of the bruzundanga diplomatic body and the foreign policy of this fictional republic will also be approached. An analysis surrounding the imagination of a man from the beginnings of the republican period is done, using the concept of fictionalization of the reality. According to this, the present study identifies in the literary source a more critical perspective about the Baron, who is usually seen as a national hero, as it underlines Lima Barreto's point of view, a dissident observer.

Keywords: Baron of Rio Branco; Lima Barreto; *Os Bruzundangas*.

Introdução

“A glória das letras só as tem quem a elas se dá inteiramente; nelas, como no amor, só é amado quem se esquece de si inteiramente e se entrega com fé cega” (BARRETO, 2013, p. 20). Assim escreveu Afonso Henriques de Lima Barreto (1881-1922), um autor afrodescendente que pertencia a uma família de classe média durante o fim do período imperial e a primeira república. A crítica dirigia-se àqueles que gozavam de reconhecimento público e institucional, mas cujas obras eram convencionais, conformadas com normas importadas da Europa de forma irrefletida. Barreto seguia no caminho contrário, sua literatura era

¹ Graduando em História que está no terceiro semestre.

profundamente crítica ao contexto no qual ela foi produzida, tanto temática quanto formalmente.

Entre as últimas décadas do século XIX e as primeiras do XX o circuito literário e artístico do Rio de Janeiro, capital política e cultural, era profundamente influenciado pela produção europeia, como argumenta Saliba (2012),

o fluxo cultural europeu apresentava-se como aquela única e irresistível tábua de salvação capaz de romper de vez com o passado obscuro e vazio de possibilidades do império escravista, e de abrir um mundo novo, liberal, cosmopolita, progressista, abundante e de perspectivas ilimitadas (SALIBA, 2012, p. 240).

Entretanto, às margens deste movimento, constituiu-se um grupo de escritores críticos e boêmios que se reuniam em cafés e confeitarias, desenvolvendo uma literatura inconformada e satírica (SCHWARCZ; STARLING, 2018). É neste grupo que Lima Barreto se manifesta, muito distante da recém formada Academia Brasileira de Letras. Um expoente da literatura de verve crítica de então, ele era mal-visto pelos mais diversos grupos: jornalistas, políticos, funcionários públicos, todos representados pelos personagens caricaturais das narrativas barretianas. Seus livros tratam da sociedade que o cerca, revelada em suas contradições e hipocrisias por meio do humor e do exagero. Sevcenko (1999) explica que “Quanto à caricatura, ela deriva da sua convicção de que a realidade não fala por si; é preciso que ela seja exagerada criticamente para revelar os seus defeitos e expor as deformações que despertem o desprezo geral” (SEVCENKO, 1999, p. 166-167).

Em uma posição social oposta à de Lima Barreto estava José Maria da Silva Paranhos Júnior (1845-1912), mais conhecido como Barão do Rio Branco. O diplomata formado dentro dos moldes imperiais gozava no começo do século XX de fama nacional devido a sua atuação como advogado brasileiro em causas de disputa de territórios com países vizinhos. No ano de 1902, ele foi convidado a integrar o governo de Rodrigues Alves (1902-1906) na posição de Ministro de Exteriores, seu nome era incontornável para o cargo em vista dos recentes sucessos que atestavam sua capacidade técnica, além da aclamação popular que o transformara em uma figura de grande respeito e admiração.

Embora não fosse um escritor de ficção, o Barão era um intelectual com obras históricas e inumeráveis contribuições à imprensa. Ao contrário de Lima Barreto, Rio Branco foi eleito para a Academia Brasileira de Letras em 1898 e já era então sócio do Instituto Histórico e Geográfico havia décadas, duas das principais instituições de sociabilidade intelectual da época.

Dessa forma, o monarquista “simbolicamente, integrava-se então aos círculos intelectuais e beletristas da República” (SANTOS, 2012, p. 87).

Assim, sendo a figura política mais comentada e de maior relevância, inserido nos altos círculos daquela jovem república, Rio Branco era um alvo ideal para as ferozes críticas de Lima Barreto, como feito pelo autor em sua obra postumamente publicada *Os Bruzundangas*. O livro é composto de crônicas sobre um país fictício, a República dos Estados Unidos da Bruzundanga. Cada capítulo versa sobre um diferente aspecto dessa nação, abrangendo desde a literatura, a nobreza e o ensino até os heróis e a constituição, cada um consistindo em uma representação satírica da situação do Brasil naquele momento que era também uma república oligárquica e corrupta. O objetivo da escrita do livro é introduzido no prefácio, quando é apresentada a incrivelmente problemática Bruzundanga, em que o narrador justifica que pretende que ela sirva de exemplo a ser evitado para o Brasil, de forma que “quantos exemplos de lá, bem grandes, nos irão precaver contra os pequeninos de cá...” (BARRETO, 2013, p. 12). Esse processo de exagero e sátira é comum na literatura barretiana, pois “o real assim construído perderia o aspecto frio e insensível que a rotina do cotidiano lhe assinala, provocando a anuência indiferente dos indivíduos, para mostrar-se em toda a crueza da sua nudez repentina” (SEVCENKO, 1999, p. 162).

Ao longo das pequenas crônicas, o personagem do Visconde de Pancome surge mais de uma vez, sendo um chanceler muito popular e muito poderoso que embora inteligente é também vaidoso e autoritário. Uma figura nunca criticada pela população ou pela imprensa, mesmo quando toma atitudes questionáveis. As semelhanças com o Barão são numerosas e, para tornar ainda mais explícita a caricatura pintada, Lima Barreto cita o nome de Rio Branco para que o leitor possa compreender de que fama goza o Visconde em suas terras. O personagem se torna um pouco figura histórica e a figura se torna um pouco personagem satírico.

O presente artigo, portanto, tem por objetivo discutir o personagem do Visconde de Pancome, presente no livro *Os Bruzundangas* de Lima Barreto, enquanto representação satírica do Barão do Rio Branco e de sua atuação nas esferas pública, política e intelectual. Confrontando o texto literário com a produção historiográfica sobre o período e sobre a figura histórica citada será possível vislumbrar como Lima Barreto operou na transformação de fatos de seu contexto em narrativas ficcionais críticas, visando demonstrar as relações entre realidade e ficção. Ademais, serão também analisadas a composição do corpo diplomático da Bruzundanga, e conseqüentemente do Brasil, e as orientações gerais da política externa da república fictícia, assim como sua inspiração real.

A utilização de narrativas literárias como fonte histórica permite que o historiador tenha acesso ao imaginário de determinado período, por meio da visão singular do escritor analisado. Pesavento (2006) assevera que a linguagem atribui sentido ao mundo; todavia, o discurso literário opera na particularidade de que, utilizando de figuras de linguagem, é capaz de enriquecer o texto "metaforizando" a realidade, e assim criando uma "verdade do simbólico". Dessa forma, o historiador em seu processo de criação de problematizações se serve do texto literário por seu valor simbólico e de acesso ao imaginário, incorporando na narrativa histórica uma voz que pensou sobre o período estudado a partir de seu lugar social.

Nesse sentido, o conceito de representação cabe para que possamos analisar uma obra literária de forma a escapar de falsas problemáticas relativas à falta de veracidade inerente à literatura. Um livro ficcional não é um tipo de discurso que aspira a relatar fatos e, portanto, não pode ser assim compreendido. Por outro lado, o autor escreve a partir de seu contexto vivido, o que garante ao texto traços do período no qual ele é produzido. O processo de ficcionalização da realidade, a representação, ocorre a partir de um ponto de vista único. É a vivência do autor, assim como seu pensamento, que orientam de que forma será feita a representação literária da realidade por ele observada. Cardoso (1985) argumenta que

Não há verdades universais e absolutas. A apresentação da realidade é sempre fragmentada. O mundo objetivo — ou objectual — é conhecido em apenas algumas das infinitas facetas que possui (e aqui incluímos, como parte do mundo objetivo, o próprio mundo interior de cada ser, que, à medida que se torna dele conhecido, passa a funcionar como objeto, como algo que se vê sob determinado prisma). Além do mais, cada pessoa tem sua perspectiva própria, sua maneira de ver as coisas, maneira esta determinada e influenciada por um conjunto imponderável de fatores e razões (CARDOSO, 1985, p. 166).

Desta forma, a análise empreendida neste artigo se orienta a partir de uma visão específica sobre as primeiras décadas do século XX e sobre a figura do Barão do Rio Branco, que foi elevado à categoria de herói nacional quando ainda vivo, ocupando posição privilegiada na memória e na história brasileiras. Lima Barreto, por outro lado, teve sua literatura rejeitada a princípio e sua recuperação se deu apenas décadas mais tarde. Portanto, o estudo exposto neste artigo serve também para complexificar a figura construída em torno do Barão, em seu tempo e nos discursos posteriores, destacando um ponto de vista dissidente. Como argumenta Pesavento (2006), a narrativa literária possibilita que o historiador compreenda seu objeto de análise a partir de uma nova perspectiva. Os bruzundangas têm, portanto, muito a nos mostrar sobre nossa própria história e nossos heróis.

O Barão e o Visconde

A primeira aparição do Visconde de Pancome em *Os Bruzundangas* ocorre no sétimo capítulo, que analisa a diplomacia daquela curiosa república. O personagem é descrito como “um embaixador gordo e autoritário, megalômano e inteligente” (BARRETO, 2013, p. 64), conjunto muito específico de adjetivos que tecem críticas humoradas tanto sobre a aparência física do Barão, quanto sua personalidade e atuação política. Contudo, o autor reconhece a inteligência do personagem mesmo neste primeiro momento, característica que será aprofundada posteriormente ao discutirmos a atuação de Rio Branco como intelectual e historiador.

O capítulo se desenvolve descrevendo a diplomacia, enquanto política adotada, e o corpo diplomático, sobretudo o Ministro Pancome. Sua chegada ao cargo é apresentada como repentina a princípio, de acordo com a narração ele “estava como embaixador em um país qualquer e um Mandachuva fê-lo ministro de Estrangeiros” (BARRETO, 2013, p. 87). A ascensão súbita do Visconde reflete aquela do Barão, que após mais de duas décadas fora do Brasil ocupando cargos consulares e diplomáticos foi indicado em 1902 à posição de chanceler, quando ocupava então o cargo de ministro plenipotenciário em Berlim, pelo presidente eleito, Rodrigues Alves.

Em um capítulo posterior é explicado que Pancome faz parte do rol de heróis da Bruzundanga, sendo uma figura de grande popularidade e alvo de admiração por toda a população. Essa posição de ídolo se devia por “ter obtido do Rei da Inglaterra a comenda da Jarreteira para o Mandachuva e seus ministros, assim como o Tosão de Ouro da Espanha para os generais e almirantes” (BARRETO, 2013, p. 64). A história das condecorações era de grande relevância por estar a república bruzundanga as disputando com a “República das Planícies”. Ademais, a influência do Visconde também era creditada ao fato deste ter “conseguido adjudicar à Bruzundanga vastos territórios, graças à leitura atenta de modestos autores esquecidos” (BARRETO, 2013, p. 87). Para que o leitor possa compreender a figura de Pancome no seu contexto, o narrador explica sobre os cidadãos da república fictícia que eles “são assim como nós que temos grande admiração pelo Barão do Rio Branco por ter adjudicado ao Brasil não sei quantos milhares de quilômetros quadrados de terras, embora, em geral, nenhum de nós tenha de seu nem os sete palmos de terra para deitarmos o cadáver.” (BARRETO, 2013, p. 64). Colocando a crítica social à parte, as passagens supracitadas não apenas relacionam explicitamente o personagem ao Rio Branco, mas também os feitos do Visconde aos do Barão.

A questão da adição de territórios ao Brasil era de grande importância, tendo em vista que as fronteiras não estavam ainda completamente definidas e a territorialidade era um dos pilares da constituição de uma incerta identidade nacional que tentava se firmar nesses primeiros anos republicanos. Nesse sentido, os casos da questão de Palmas e da contenda com a Guiana Francesa são basilares não apenas na trajetória pessoal do Barão do Rio Branco, mas do país todo enquanto nação.

Acerca de Palmas, Doratioto (2014) afirma que

A questão era basicamente cartográfica, a de identificar os rios de cabeceiras opostas, denominados Peperi-Guaçu e Santo Antonio, que desaguavam no Iguazu e no Uruguai. A polêmica resultava do equívoco de demarcadores espanhóis, da segunda missão demarcadora da década de 1750, que induzia a crer que aqueles dois rios de cabeceiras opostas eram, na realidade, o Chapecó e o Chopim (DORATIOTO, 2014, p. 70-71).

Sendo assim, a disputa pelo território se dava entre Brasil e Argentina, esta que pode ser identificada no livro como “República das Planícies”. Não sendo resolvida a questão entre as partes envolvidas, em 1889 foi acordado que a resolução caberia a um processo de arbitragem internacional, sendo o árbitro o presidente Cleveland (1837-1908) dos Estados Unidos. Embora inicialmente o advogado brasileiro escolhido fosse o diplomata Francisco Xavier da Costa Aguiar de Andrada, este faleceu em março de 1893 e teve de ser substituído. O nome escolhido foi o de Paranhos que no mesmo ano de 1893 chegou em Washington para preparar a defesa brasileira. Como já descrito, o problema se dava por causa de uma atribuição incorreta dos espanhóis no passado, portanto, conhecimentos históricos e geográficos do Barão, ancorados em rigorosa pesquisa cartográfica, conseguiram sustentar a causa brasileira. O resultado saiu somente em 1895 e o laudo foi totalmente favorável ao Brasil (SANTOS, 2012).

Anos depois outra questão de disputa de territórios mobilizou o Brasil, desta vez em oposição à França. Esta queria estender os limites da Guiana Francesa até as margens do Rio Amazonas. A situação também não se resolveu de comum acordo entre os países, assim, em 1896 novamente a questão foi levada para o arbitramento internacional, sendo agora árbitro o presidente do Conselho Federal da Suíça. Como há pouco Rio Branco havia conseguido uma vitória espetacular para a causa brasileira em uma situação similar, ele foi convocado como advogado brasileiro. Após a apresentação de suas memórias e respostas, em 10 de dezembro de 1900 foi proferida a decisão completamente favorável ao Brasil. O Barão então se firmou definitivamente como profundo conhecedor de questões de fronteiras, sua aptidão técnica era

inegável e aclamada por todo o país. É por isso que anos depois seu nome foi incontornável quando da composição das pastas do presidente eleito (SALIBA, 2012).

Na narrativa, quando Pancome assume seu ministério é descrito que “a primeira coisa que fez foi acabar com as leis e regulamentos que governavam o seu departamento. A lei era ele” (BARRETO, 2013, p. 64), situação possível em decorrência da posição elevada que ocupava na consideração do Mandachuva, equivalente bruzundanga do presidente, e da opinião pública. Aqui se explica o adjetivo “megalômano” utilizado para descrever o Visconde anteriormente. Ver em Rio Branco uma figura que se considerava acima das leis tem algum respaldo histórico na sua atuação à frente do Itamaraty. Santos (2018) relata que o chanceler entregou um único relatório de atividades nos quase 10 anos que passou comando o ministério, embora a legislação prescrevesse relatórios anuais.

Personagem e figura gozaram de extrema popularidade e influência em seus respectivos contextos, o que rendeu ao Barão críticas com relação a sua vaidade por meio da caracterização do Visconde. Ademais, no livro, Barreto questiona a real efetividade de Rio Branco e suas políticas na condução das relações exteriores do Brasil. Em *Os Bruzundangas*, Pancome “convenceu o Mandachuva de que o país devia ser conhecido na Europa por meio de uma imensa comissão de propaganda e de anúncios nos jornais” (BARRETO, 2013, p. 128) e por causa dessa propaganda a população ficou vaidosa imaginando que sua república tropical tinha relevância internacional. Assim,

por essas e por outras, foi Pancome proclamado o maior estadista da nação, embora a situação interna, durante seu longo ministério (quase dez anos), piorasse sempre e cada vez mais, sem que ele apresentasse ou lembrasse medidas para remediar um tal estado de descabro (BARRETO, 2013, p. 128).

Em suma, a posição por ele adotada, ainda que não apresentasse resultados efetivos era justificada, pois ele era tido como um “semideus” (BARRETO, 2013, p. 129).

Desde sua chegada ao Brasil para assumir a sua pasta no governo, Rio Branco insistiu em separar as atuações da política interna e externa. Essa não foi uma escolha puramente teórica, pelo contrário, serviu a legitimar a atuação de um Barão monarquista em um governo republicano que se empenhou destruir símbolos do passado imperial, assim como concedeu cargos diplomáticos a muitos republicanos embora estes não tivessem tanta experiência, visando apenas enfraquecer a presença monarquista no aparelho público. Ao separar a política externa da interna, Rio Branco dizia estar acima das disputas partidárias e, então, teria certa

autonomia na sua tomada de decisão com relação à política que adotaria (SANTOS, 2012). Assim, embora fosse o político mais conhecido de sua época, Paranhos se eximia das polêmicas e crises internas.

Outro aspecto reiteradamente tornado alvo da prosa crítica de Lima Barreto diz respeito ao desejo de Rio Branco conseguir uma boa projeção do Brasil frente ao resto do mundo. A narrativa criada no livro reflete uma real medida adotada pelo chanceler, ainda que a divulgação feita pela diplomacia brasileira fosse sutil, ao contrário da imagem de propagandista do Visconde. Como assevera Santos (2018), “a imagem do Brasil no exterior era uma preocupação constante” com “subvenções pagas a periódicos estrangeiros” (SANTOS, 2018, p. 391), e dessa forma as boas qualidades do país eram realçadas nos periódicos destinados às populações europeias. O Barão compreendia que a projeção do Brasil como um país civilizado, próspero e estável era importante para que ele não fosse confundido com as nações “caudilhescas” que o circundam, ainda que isso fosse fruto de uma mentalidade gestada no período monárquico quando o Império acreditava ser um “bastião de civilização nas Américas”.

Ainda antes de sua fama como diplomata, conseguida após as brilhantes defesas em casos de arbitramento internacional, o jovem Juca Paranhos demonstrava ser erudito, sobretudo nas questões históricas, e seu intelecto era já reconhecido. Sendo assim, com capacidades técnicas inegáveis, Barreto teve de qualificar sua caricatura como um homem, apesar de tudo, inteligente. Ao contrário do resto do corpo diplomático da Bruzundanga que escrevia obras vazias de conteúdo apenas pelo reconhecimento, “o Visconde de Pancome era de fato um escritor;” (BARRETO, 2013, p. 64). Entretanto, o valor real de sua erudição é questionado ao se pensar como os conhecimentos adquiridos pelo ministro são de fato aplicáveis em políticas que levam em consideração a população como um todo, não apenas os altos círculos políticos ou a honra militar da nação. Isto é,

este senhor era de fato um homem inteligente, mesmo de talento; mas lhe faltava o senso do tempo e o sentimento do seu país. Era um historiógrafo; mas não era um historiador. As suas ideias sobre história eram as mais estreitas possíveis: datas, fatos, estes mesmos políticos (BARRETO, 2013, p. 86).

Paranhos não teve formação acadêmica em história, mas em direito como era comum à época para aqueles formados em vista de uma carreira política ou no Estado, caso do Barão levando em conta que seu pai, o Visconde de Rio Branco, foi um dos principais políticos do Segundo Reinado, galgando as mais altas posições possíveis. Não obstante os estudos de direito, mesmo na faculdade Juca Paranhos já demonstrava inclinação para o ofício do historiador,

escrevendo ensaios biográficos que lhe renderam com apenas 22 anos um lugar no Instituto Histórico e Geográfico do Brasil. Sua obra historiográfica, os poucos trabalhos escritos pelo Barão ao longo de sua vida, não era inovadora, contudo, consistia em trabalhos solidamente baseados em fontes diversas. Santos (2011) explica que:

Rio Branco foi um historiador que refletiu esses valores e essa cosmovisão, com grande competência, uma sólida base factual e uma narrativa sempre inteligente. Em termos de metodologia, temas e interpretações, ele não inovou e antes refletiu fielmente a historiografia corrente no Segundo Reinado (SANTOS, 2011, p. 42).

Entre sua produção historiográfica mais relevante estão dois textos escritos para circular na França e, portanto, serviam também para propagar uma boa visão acerca do Brasil. São estes o verbete relativo ao Brasil para a *Grande encyclopédie*, texto que foi posteriormente aproveitado para uma publicação relacionada com a Exposição Universal de Paris, o livro *Le Brésil en 1889*. Para esta obra, coordenada pelo jornalista e historiador Frederico José de Santana Nery, o Barão escreveu o capítulo sobre a história do Brasil. Em ambos os trabalhos há uma preocupação explícita em projetar uma certa ideia de Brasil para a Europa, mesmo anos antes de assumir o cargo de chanceler Rio Branco já está empenhado, por motivos diferentes, no esforço de construir uma imagem positiva do país. Em suma, a qualificação feita sobre o Visconde de Pancome enquanto historiógrafo, mas não historiador, era uma incisiva observação acerca de Rio Branco, que embora fosse famoso por sua erudição histórica não produziu nenhuma obra verdadeiramente relevante em termos de historiografia, apenas produções compostas por fatos e datas. Há uma diferença de significados entre o que seria um historiador ou um historiógrafo nos dicionários oitocentistas, segundo argumenta Hruby (2007, p.25). O primeiro é um estudioso que organiza, seleciona e explica estabelecendo relações entre os fatos históricos, enquanto o historiógrafo, por sua vez, assemelhava-se mais ao cronista, um literato que escrevia histórias em uma perspectiva mais limitada, mais parcial e menos crítica.

No livro, é dito que o Visconde de Pancome “transformou tudo” logo que se tornou ministro. De fato, isto é também aplicável ao Barão do Rio Branco quando este assumiu a posição de chanceler. Em 1904, o Barão propôs uma série de reformas, cujos pontos principais eram o aumento do número de funcionários e um aumento nos salários de todos empregados no Itamaraty. No Congresso, contudo, apesar do apoio de alguns aliados de Paranhos, estas medidas foram apenas parcialmente aprovadas. Ademais, além das reformas administrativas, o

chanceler empreendeu mudanças na estrutura física do ministério que comandava, foram construídas uma biblioteca, uma mapoteca e um arquivo histórico. Mais paradigmático, porém, foi a construção de um banheiro cujo orçamento foi à época considerado abusivo (SANTOS, 2018). Os gastos da popular figura repercutiram na imprensa e dessa forma

Rio Branco consolidava sua fama de esbanjador do dinheiro público, e os comentários sobre suas iniciativas e excentricidades contribuíram para aumentar sua popularidade. Começou a circular a frase “Dinheiro haja, Sr. Barão!”, ora atribuída ao presidente Rodrigues Alves, ora a Pecegueiro do Amaral. Tornou-se corrente também a ironia de referir-se ao Barão como o “caríssimo chanceler (SANTOS, 2018, p. 392).

Não obstante os gastos do Itamaraty, o Barão também se envolveu no projeto de revitalização da armada brasileira iniciado em 1904, que visava equiparar poderio militar do Brasil ao de seus vizinhos muito mais poderosos, como Argentina e Chile. Em 1906, com a posse de Afonso Pena, este projeto foi abandonado em prol de outro ainda mais ambicioso cujos principais itens eram 3 encouraçados tipo *dreadnought*, o navio de guerra mais poderoso já feito até então. Doratioto (2014) explica que “de todo modo, o que o chanceler brasileiro desejava era um rápido aumento da armada brasileira, para superar a da Argentina, sem fins agressivos, mas como medida cautelar”(DORATIOTO, 2014, p. 87), embora assustasse os vizinhos levando a complicações diplomáticas com a Argentina.

Esta fama de gastador foi aproveitada na sátira de Lima Barreto. O Visconde de Pancome não apenas gastava muito dinheiro, mas sua atitude também inspirava outros ministros a gastarem como ele, o que inevitavelmente era o estopim de crises econômicas (BARRETO, 2013, p.87). A compra das embarcações foi claramente referida no livro quando o Visconde “convenceu o mandachuva que devia adquirir uma esquadra poderosa. Eis a Bruzundanga a pedir dinheiro aos judeus da City para construir uma esquadra poderosa. E as festas? E os anúncios?”² (BARRETO, 2013, p.87). O projeto era mais um gasto dos diversos feitos pelo Barão. Barreto também ironiza que embora os navios fossem os mais avançados já produzidos, “o país não tinha marinheiros dignos, arsenais”, além de que a esquadra “pôs de alcatéia a República das Planícies” (BARRETO, 2013, p. 128).

Os diplomatas do Visconde: a “beleza masculina” que representa a Bruzundanga

² Ao se referir aos “judeus da City”, Barreto está se referindo à encomenda dos *dreadnoughts*, modelo de embarcação britânico, feita à Inglaterra.

O perfil do diplomata formado sob os anos de Rio Branco no Itamaraty é severamente criticado por Lima Barreto. Logo no começo do capítulo sobre a diplomacia da Bruzundanga é narrado o modelo esperado:

A sua aprendizagem para o ofício é simples. Além do corriqueiro francês e os usos da sociedade, os aspirantes a diplomatas começam nos passeios e reuniões da capital da República a ensaiar o uso de roupas, mais ou menos à última moda. Não esquecem nem o modo *chic* de atar os cordões dos sapatos, nem o jeito ultra *fashionable* de agarrar a bengala; estudam os modos apurados de cumprimentar, de sorrir; e, quando se os vê na rua, descobrindo-se para aqui, chapéu tirado da cabeça até à calçada para ali, balouçando a cabeça, lembramo-nos logo dos cavalos do Cabo de coupé de casamento rico (BARRETO, 2013, p. 61).

Os homens do Itamaraty são satirizados como profissionais superficiais que se escoram em modos europeizados para conseguir legitimação. A incapacidade intelectual do corpo diplomático é acentuada quando o narrador explica que “outra coisa que um recomendável aspirante a diplomata deve possuir são títulos literários” (BARRETO, 2013, p. 61), títulos obtidos com obras vazias, quando não plagiadas de autores relevantes. Barreto enquanto autor marcadamente ignorado pelas instituições literárias de sua época satiriza como o reconhecimento institucional nem sempre é resultado de um bom trabalho, questões políticas também estão envolvidas. Ademais, outro critério fundamental influi na entrada de um aspirante a diplomata ao Itamaraty: sua aparência física. A “beleza masculina” visada pelo Visconde foi ironizada quando o narrador afirma que

Essas suas sábias medidas, para recrutamento do seu pessoal, levaram para a sua secretaria moços bonitos e excelentes mediocridades, que ainda procuravam demonstrar a sua principal qualidade intelectual, publicando borracheiras idiotas ou compilações rendosas e pesadas ao Tesouro; (BARRETO, 2013, p. 130).

O recrutamento do pessoal do Barão tem espaço especial no livro, há um capítulo todo chamado “Pancome, as suas ideias e o amanuense” dedicado a narrar a escolha de um amanuense para o ministério de Pancome. No capítulo em questão, uma vaga de amanuense está disponível e deveria ser preenchida por meio de um concurso público, de acordo com a legislação. “Mas Pancome nada tinha que ver com as leis” (BARRETO, 2013, p. 122) e temia que um candidato indesejado fosse aprovado, embora também não pudesse romper abertamente com a lei. Ele buscava “um candidato bonito, bem bonito, não sendo em nada javanês, que pudesse oferecer aos olhares do ministro da Coréia ou do Afeganistão um belo exemplar da beleza masculina da Bruzundanga” (BARRETO, 2013, p. 130).

Em seu livro, Lima Barreto explica que javanês corresponderia ao mulato brasileiro. A literatura barretiana é marcada pela visão crítica ao racismo, questão claramente abordada desde o primeiro livro do autor, *Recordações do Escrivão Isaías Caminha*, e que volta a aparecer nas obras posteriores. Sendo assim, o critério de beleza é também criticado na narrativa por seu racismo institucional que barraria oportunidades de emprego aos descendentes de escravizados. Além disso, a escolha de somente pessoas brancas para representar o Brasil no exterior reflete a correlação naturalizada entre branquitude e civilidade, derivada tanto dos séculos de escravização com os quais o país havia há pouco rompido quanto das teorias do “racismo científico” (SCHWARCZ, 1993).

Ao enfatizar a beleza enquanto critério do Visconde, Barreto também enfatiza como as aparências eram importantes na condução da política externa da Bruzundanga, em sua imagem perante o resto do mundo, ainda que sejam Coreia ou Afeganistão, países distantes e de questionável importância diplomática. Ainda indeciso sobre como encontrar o melhor amanuense para a vaga Pancome encontra um formulário de aplicação com duas fotos anexadas que o agradam. A entrevista pessoal deste candidato consistiu em uma avaliação do aperto de mãos, sorriso e dança. Mostrando-se competente nesses quesitos ele foi de pronto aceito, embora tivesse uma inadequação: “Era só redigir cartas o que ele não sabia; mas, sendo elegante, bonitinho, bom dançador, tinha todas as boas qualidades para um aperfeiçoado amanuense do extraordinário Pancome” (BARRETO, 2013, p. 133). Ou seja, era um candidato versado na etiqueta esperada e com habilidades adequadas a uma socialização aristocrática, porém não era versado na única habilidade que importa tecnicamente para o cargo, a saber, a escrita de correspondência. Enfim, “feito amanuense, aprendeu logo a copiar minutas e, em menos de seis anos, Sune, o tal da carta, acabou eleito, por unanimidade, membro da Academia de Letras da Bruzundanga.” (BARRETO, 2013, p. 133).

No Brasil, desde o Império as nomeações para cargos diplomáticos são arbitrárias e assim o foi na época de Rio Branco. O concurso público era por vezes utilizado, “ainda assim, mesmo candidatos notoriamente bem-dotados para as funções eram objeto do crivo de Rio Branco mediante indispensável entrevista pessoal” (SANTOS, 2018, p. 294). Da mesma forma que Pancome, Paranhos também realizava encontros com seus candidatos, e o uso da beleza do candidato como critério utilizado pelo Visconde ficcional tinha seu grau de inspiração no processo histórico. Há pelo menos um caso conhecido no qual o Barão dispensou um candidato por este não se encaixar no seu critério estético. Trata-se do poeta Antônio Francisco da Costa e Silva. De acordo com Pedro Nava, o Barão teria dito: “Até gosto dos seus versos e aprecio

seu talento. Contra sua pretensão o que está é seu físico. Eu só deixo entrar na carreira homens de talento que sejam também belos homens” (NAVA *apud* SANTOS, 2018, p. 294-295).

Diplomacia decorativa

No livro *Os Bruzundangas*, Lima Barreto desenvolve um conjunto de pequenas narrativas centradas na República Bruzundanga, analisando os mais diversos aspectos desse singular país. Não poderia ser diferente com a diplomacia, na qual o protagonista é certamente o Visconde de Pancome, que satiriza o Barão do Rio Branco, mas que se constitui em um campo político nacional, maior que qualquer personagem individual. Sendo assim, a visão crítica de Barreto acerca de sua realidade não se limita à figura de Paranhos, pelo contrário, o autor faz também uma análise da política externa brasileira de forma geral, identificando de forma irônica as linhas mais gerais adotadas então.

Rio Branco nasceu no ano de 1845, quando a política brasileira ainda estava se estabilizando na figura de Pedro II. O Barão foi formado dentro do contexto da elite política imperial, pois seu pai, o Visconde do Rio Branco, era um dos principais atores políticos de então. Portanto, Paranhos era um homem de seu tempo e admirava a ordem que fora construída durante o segundo reinado, continuando monarquista após a proclamação da república. Enquanto diplomata ele também avaliava positivamente a diplomacia imperial que se voltava para a Europa, desconsiderando os outros países americanos. Sendo a única monarquia no meio de várias repúblicas, o império brasileiro acreditava ser mais europeu que as outras nações do continente e, por conseguinte, mais civilizado. A América hispânica era julgada instável, violenta e desordenada pelos políticos brasileiros monarquistas do século XIX. Pode-se vislumbrar essa visão política nos escritos de Joaquim Nabuco (1849-1910), político e diplomata companheiro de Rio Branco. Segundo Nabuco (2010),

De fato, dado o progresso da moral universal, não é possível que a civilização assista indefinidamente impassível ao desperdício de força e atividade humana que se dá em tão grande escala em uma das mais consideráveis seções do globo, como é a América Latina. A manutenção de um vasto continente em estado permanente de desgoverno, de anarquia, é um fato que dentro de certo tempo há de atrair forçosamente a atenção do mundo, como afinal a atraiu o desaproveitamento da África (NABUCO, 2010, p. 307).

O próprio Nabuco, que tanto tinha em consideração o continente europeu, posteriormente irá desenvolver uma forte inclinação estadunidense e será convidado pelo Barão para ser embaixador dos Estados Unidos. Isto se deu no começo do século XX, momento em

que o Brasil passava a mudar seu eixo diplomático da Europa em direção a Washington, operação frequentemente creditada à atuação do próprio Paranhos (SANTOS, 2012, p. 91). A motivação para que Rio Branco deixasse o continente europeu para focar na América, embora isto fosse contrário à diplomacia adotada no período imperial, está no forte componente americanista do governo republicano³. Outrossim, como apontado por Nabuco no trecho supracitado, o imperialismo europeu havia há pouco dividido a África e, sendo a América Latina instável política e economicamente, a Europa poderia visar um empreendimento imperialista na porção latinoamericana do continente. Para que isso fosse evitado, relações amigáveis com os Estados Unidos que então propagavam o monroísmo⁴ seria fortuito.

De volta a *Os Bruzundangas*, Lima Barreto escreve que apesar dos diversos problemas do Visconde e do corpo diplomático apontados no livro isto não seria um problema tão grave, uma vez que “A Bruzundanga é um país de terceira ordem e a sua diplomacia é meramente decorativa. Não faz mal, nem bem: enfeitada” (BARRETO, 2013, p. 65). Levando em conta a análise empreendida neste artigo, é particularmente interessante notar como Barreto se refere à Bruzundanga como “país de terceira ordem” e de que forma isso está refletindo a inserção do Brasil nas relações internacionais durante o período da primeira república. Embora o Barão considerasse o Brasil como um país de grande relevância, sobretudo quando comparado às nações vizinhas, e o projetasse assim, sua verdadeira relevância era muito menor dentro dos jogos de poder da política mundial, tendo como situação paradigmática a Conferência de Haia de 1907, que segundo Santos (2012) “apresentou-se como novo e decisivo teste para aferir o prestígio internacional do país” (SANTOS, 2012, p. 106). Neste evento os interesses brasileiros, que se alinharam aos interesses do resto da América Latina, se chocaram contra os europeus e estadunidenses. Era proposta uma Corte Permanente de Arbitragem composta por membros permanentes e outros rotativos. A posição de um país enquanto permanente ou rotativo seria reflexo de sua posição frente ao resto do mundo, consolidando uma ordem hierárquica que divide os países em mais ou menos civilizados. O Brasil foi qualificado como um país de

³ O alinhamento americanista da república brasileira está presente desde antes da queda do Império. Já em 1870, o *Manifesto Republicano* afirma “Somos da América e queremos ser americanos”, em oposição à vinculação monárquica à Europa que alienava o Brasil do resto do continente americano, com história e formação muito mais próximas. Disponível em: https://edisdisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4360902/mod_resource/content/2/manifeto%20republicano%201870.pdf. Acessado em 19/07/2020.

⁴ Em 1823 o presidente estadunidense James Monroe alegou que a América não poderia ser alvo de processos de colonização europeia de nenhuma forma, estabelecendo o que ficou conhecido como Doutrina Monroe. Portanto, os Estados Unidos se proclamam tutores da América Latina em uma ideologia que nasce visando proteger sua república dos interesses europeus, mas passa a se manifestar de forma imperialista estabelecendo uma hegemonia (KUHNS; ARÉVALO, 2015).

terceira ordem e, portanto, não conseguiu um lugar fixo na corte proposta, ao contrário do esperado. Assim, vendo-se excluído do grupo de nações dominantes naquela ordem hierárquica, o governo brasileiro fez uso da tese de igualdade dos Estados defendida por Rui Barbosa (1849-1923). O chanceler Rio Branco não era pessoalmente contrário à ideia de uma ordem oligárquica mundial, no entanto, vendo sua nação em uma baixa qualificação, ele se viu obrigado a contrariar essa posição e se alinhar aos países hispano-americanos, que também estavam em uma “terceira categoria” (SANTOS, 2012, p. 109).

Considerações finais

Sendo uma personalidade singular quando o esperado era a reprodução de modelos do Velho Mundo, Lima Barreto inseriu em sua literatura componentes críticos ao mundo literário dominante de sua época. Cada linha do autor reflete toda sua vida, seu passado e presente, sua inadequação e seu pertencimento. O aspecto formal é tão importante quanto o temático, as frases diretas e o vocabulário coloquial têm tanto sentido na composição das obras quanto os retratos de um país injusto e de uma população explorada.

O presente artigo teve por objetivo analisar a representação de uma figura específica da realidade de Lima Barreto, contudo este é apenas um aspecto do complexo narrativo criado pelo escritor. Sevcenko (1999) afirma que “se a literatura moderna é uma fronteira extrema do discurso e o proscênio dos desajustados, mais do que testemunho da sociedade, ela deve trazer em si a revelação dos seus focos mais candentes de tensão e a mágoa dos conflitos” (SEVCENKO, 1999, p. 20). Assim, não apenas pela representação histórica a obra serve, pelo contrário, mais que um testemunho, *Os Bruzundangas* é um exemplo particularmente singular da imaginação de um homem da primeira república.

Espera-se que os argumentos apresentados sirvam também para questionar a construção de um herói nacional. O Barão do Rio Branco foi quando vivo uma importante figura para o Brasil e sua memória continua a ser preservada como um dos “*founding fathers*” (SANTOS, 2012, p. 10) da nação brasileira. Sempre inconformado, Lima Barreto nos apresenta uma visão mais crítica sobre o Barão, uma perspectiva nem sempre presente na vasta historiografia que se produziu posteriormente. Não se trata de desconsiderar os feitos do diplomata, relevantes para a história nacional de forma inegável, mas colocá-los em perspectiva, avaliando-os através dos olhos de um homem que nunca foi considerado herói.

Referências Bibliográficas

- BARRETO, Lima. **Os Bruzundangas**. 2 ed. São Paulo: Martin Claret, 2013.
- BARRETO, Lima. **Recordações do escrivo Isaiás Caminha**. São Paulo: Edusp, 2017
- CARDOSO, Zelia de Almeida. A representação da realidade na obra literária. **Lingua e Literatura**. São Paulo: Ano XI, v.14, p.161-167. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2594-5963.lilit.1985.113970>. Acessado em 19/07/2020.
- DORATIOTO, Francisco. O Brasil no mundo. In: SCHWARCZ, Lilia M. **A abertura para o mundo 1889-1930**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012, p.133-171.
- DORATIOTO, Francisco. **O Brasil no Rio da Prata (1822-1994)**. 2 ed. Brasília: FUNAG, 2014.
- HRUBY, Hugo. **Obreiros diligentes e zelosos auxiliando no preparo da grande obra: a História do Brasil no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889- 1912)**. Dissertação (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, p.235. 2007.
- KUHN, Byron; ARÉVALO, Raquel. **A Doutrina Monroe e suas influências**. Disponível em: <https://repositorio.uniceub.br/jspui/handle/235/8848>. Acessado em 19/07/2020.
- NABUCO, Joaquim. **Essencial Joaquim Nabuco**. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2010.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. História & literatura: uma velha-nova história. **Nuevo Mundo, zzzMundos Nuevos**. Disponível em: <https://journals.openedition.org/nuevomundo/1560#article-1560>. Acessado em 25/08/2020.
- SALIBA, Elias Thomé. Cultura. In: SCHWARCZ, Lilia M. **A abertura para o mundo 1889-1930**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012, p.239-294.
- SANTOS, Luís Cláudio Villafañe G. **Juca Paranhos, O Barão do Rio Branco**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.
- SANTOS, Luís Cláudio Villafañe G. O Barão do Rio Branco como historiador. **Revista Brasileira**. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, v.69, ano XVIII, out./nov./dez, p.11-45, 2011.
- SANTOS, Luís Cláudio Villafañe G. **O evangelho do Barão**. Rio Branco e a identidade brasileira. São Paulo: Ed. Unesp, 2012.
- SCHWARCZ, Lilia M; Starling, Heloisa M. **Brasil: uma biografia**. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças**. Cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, 287p.
- SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão**. Tensões sociais e criação cultural no Primeira República. 4 ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1999.